



Apresentação

É com grande satisfação que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE publica o *Atlas do censo demográfico 2010*, que constitui um dos produtos de referência do Censo Demográfico 2010.

Com essa publicação, fica evidente a importância da visão geográfica na análise dos dados estatísticos levantados pela Instituição em seus recenseamentos da população brasileira.

Revelando questões fundamentais da população e do território brasileiros, o Atlas estrutura-se em um temário que se propõe a abordar, de forma abrangente e interligada, as várias dimensões que compõem a dinâmica e o perfil demográfico da população brasileira, dando ênfase às diferenças regionais e locais encontradas. Desse modo, ele vem ao encontro do crescente interesse despertado, nos últimos tempos, pelo entendimento do território brasileiro em múltiplas escalas geográficas.

Os temas relativos à inserção do Brasil no mundo, à divisão político-administrativa, às características demográficas, à distribuição espacial da população, aos fluxos da população no território, à urbanização, além daqueles relativos às condições de habitação, ao perfil socioeconômico da população e à diversidade cultural constituem os ângulos de análise da realidade brasileira selecionados para contextualizar as mudanças contemporâneas na geografia da população brasileira.

Wasmália Bivar
Presidenta do IBGE

Introdução

As mudanças ocorridas na geografia da população brasileira, além de serem fatores centrais da realidade territorial do País, constituem referências ao próprio destino da nação no mundo. Tais mudanças, ao envolver questões em torno da reprodução, da existência e da distribuição espacial da população brasileira no País e no mundo, tangenciam a geopolítica contemporânea. Nesse sentido, uma visão comparada com os demais países se impõe inicialmente no *Atlas do censo demográfico 2010*, uma vez que até mesmo a projeção econômica do Brasil no processo de globalização atual tem como fundamento sua extensa base populacional e territorial.

Na escala nacional, o *Atlas do censo demográfico 2010* contempla as principais transformações ocorridas na dinâmica da população brasileira enfatizando, particularmente, as que afetam a distribuição espacial da população na última década.

O temário do Atlas se propõe a abordar, de forma abrangente e interligada, as várias dimensões que compõem a dinâmica e o perfil demográfico da população brasileira, dando ênfase às grandes diferenças regionais e locais encontradas. Desse modo, ele vem ao encontro do crescente interesse despertado, nos últimos tempos, pelo entendimento do território brasileiro em múltiplas escalas geográficas.

Os temas relativos à divisão territorial do Brasil, às características demográficas, à distribuição espacial da população, aos fluxos da população no território, à urbanização, além daqueles relativos às condições de habitação, ao perfil socioeconômico da população e à diversidade cultural constituem os ângulos de análise da realidade territorial brasileira selecionados para contextualizar as mudanças contemporâneas na geografia da população brasileira.

O Brasil e o mundo

Com uma população de 190 755 799 habitantes, em 2010, e uma superfície de 8 515 767,049 km², o Brasil tem, na dimensão continental de seu território, assim como no tamanho populacional¹ e diversidade cultural, os fundamentos de suas diferenças regionais e de seu modo de inserção internacional na contemporaneidade.

Nesse sentido, os mapas que iniciam o Atlas, reunidos no capítulo **Brasil e o mundo**, dizem respeito à distribuição espacial da população no mundo, nos quais se destacam os indicadores relativos à densidade demográfica, urbanização e distribuição espacial das grandes cidades, enquanto fatores estratégicos do País no contexto internacional.

Quanto à urbanização, cabe ressaltar que, embora a presença de cidades constitua fenômeno que remonte a mais de 5 mil anos, ainda que associada a lógicas diferentes da atual, uma das principais marcas do Século XX foi a abrangência e o ritmo alcançados pelo processo de urbanização em todo o mundo.

Nesse contexto, a América Latina e o Brasil, em particular, destacam-se pela intensidade desse processo, registrando acentuado crescimento tanto no número como no tamanho das cidades, assim como na proporção de pessoas que vivem em espaços urbanos relativamente aos habitantes dos espaços rurais, apesar das diferenças existentes na conceituação desses espaços entre os países.

Cabe lembrar que pela geografia das cidades no mundo passa não só o entendimento da distribuição das grandes manchas urbanas, como, principalmente, da rede de poder mundial. São nas grandes cidades mundiais que estão concentradas as funções de comando e controle dos

¹ De acordo com a Organização das Nações Unidas - ONU, o Brasil ocupa a quinta posição no Planeta em termos de extensão territorial e de número de habitantes, sendo superado pelo Canadá, Rússia, China e Estados Unidos, quanto ao tamanho do território, e pela China, Índia, Estados Unidos e Indonésia, em relação à população.

fluxos econômico-financeiros, além daquelas associadas ao avanço técnico-científico, que alavanca o processo contínuo de produção da inovação inerente ao crescimento econômico global na contemporaneidade.

De igual importância para a geografia da população mundial é a questão dos fluxos migratórios. Cabe observar que atualmente existe um grande número de estados nacionais que podem ser categorizados como de imigração ou de emigração, ou, em alguns casos, como países com grande contingente de migrantes, chamando a atenção para o peso que essa questão tem desempenhado no processo de mudanças demográfica, cultural, social e econômica em todo o mundo.

A crescente importância numérica da migração internacional se converteu, desse modo, em tema recorrente nas relações bilaterais e regionais, uma vez que a generalização e a escala da migração levantaram complexas questões sociais e culturais.

Nesse sentido, o Brasil se insere nos fluxos migratórios internacionais, enviando e recebendo mão de obra, em grande parte pouco especializada, com destino preferencial para os Estados Unidos e a Europa, e como território receptor de migrantes provenientes de países fronteiriços ou não. O aumento da circulação de pessoas, produtos e informação, bem como a redução da distância relativa entre os países e as regiões, contribuem para a inserção da temática dos fluxos migratórios entre nações, sejam elas vizinhas ou distantes, na agenda política, econômica e social na atualidade.

Finalmente, as diferenças relativas à razão de sexo e média de idade contextualizam as diferenças e semelhanças do perfil demográfico da população brasileira em relação aos demais países do continente e do mundo.

Geografia da população brasileira

A geografia da divisão político-administrativa do País revela os recortes territoriais originários da divisão federativa do Estado brasileiro através dos mapas políticos do Brasil, segundo estados e municípios. Tais mapas são fundamentais para se entender o processo de ocupação do território brasileiro e fundamentam, em grande parte, a distribuição e a mobilidade da população no País.

O capítulo **Divisão territorial do Brasil** aborda a dinâmica espacial da criação das municipalidades, ao longo da história, tanto esteve submetida à lógica da ocupação do espaço pela necessidade de organização social e econômica, como foi também o resultado de ações geopolíticas com vistas à consolidação do domínio político do território. Nesse sentido, a evolução da malha municipal constitui elemento central de explicação das mudanças operadas na geografia da população brasileira.

Assim, o crescimento verificado no número de municípios no Brasil, ao longo do Século XX,

fez com que o País passasse de 1 121 municípios, em 1900, para 1 890, em 1950, e 5 507, em 2000, chegando a alcançar, na primeira década do século atual, 5 565 municípios. Dado o forte caráter descentralizador da Federação após a última Constituição Federal, a multiplicação das unidades de poder local constitui elemento intrínseco de compreensão da própria geografia da população brasileira, uma vez que a criação de um novo ente federativo constitui em si um fator de interiorização de parcela da população brasileira.

Em continuidade, apresentam-se os temas relativos aos diversos recortes institucionalizados do território brasileiro, tais como as Regiões Metropolitanas, Faixa de Fronteiras, além daqueles que têm como referência diversos recortes regionais que servem, igualmente, como referência territorial para a análise geográfica dos indicadores demográficos constantes do Censo Demográfico 2010.

O capítulo **Características demográficas** aborda a evolução da população brasileira, vista através da taxa de crescimento e de indicadores básicos de natalidade, mortalidade, idade e sexo que traçam o perfil da população brasileira, contextualizando, no tempo e no espaço, as mudanças operadas na distribuição espacial da população no Território Nacional.

Em relação à evolução demográfica, os Censos Demográficos brasileiros mostram que a população experimentou sucessivos aumentos em seu contingente no período 1991/2010 (Tabela 1), tendo crescido 1,29 vezes nesse período, embora a velocidade desse crescimento venha diminuindo progressivamente.

Tabela 1 - Evolução da população residente, segundo as Grandes Regiões - 1991/2010

Grandes Regiões	Evolução da população residente		
	1991	2000	2010
Brasil	146 825 475	169 799 170	190 755 799
Norte	10 030 556	12 900 704	15 864 454
Nordeste	42 497 540	47 741 711	53 081 950
Sudeste	62 740 401	72 412 411	80 364 410
Sul	22 129 377	25 107 616	27 386 891
Centro-Oeste	9 427 601	11 636 728	14 058 094

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

Com efeito, a taxa média geométrica de crescimento anual vem decrescendo no período 1991/2010, quando passou de 1,64%, entre 1991 e 2000, para 1,17%, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010², refletindo a continuidade do processo de declínio da fecundidade no País. Cabe observar que esse declínio é generalizado, expressando-se na queda relativa e, em diversos casos, na redução até absoluta do número de nascimentos (CENSO DEMOGRÁFICO, 2011).

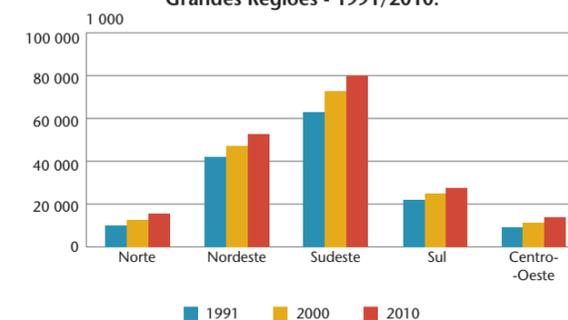
Assim, apesar de o processo de evolução positiva da população ser generalizado por todas as Grandes Regiões do País, conforme observado na Tabela 1, é igualmente relevante registrar que, em todas elas, o

² A taxa é calculada para o período 2000/2010 e considera a população de 2010, incluindo a estimada para os domicílios fechados. A população considerada para 2000 foi a efetivamente recenseada.

ritmo de crescimento vem desacelerando, o que revela um comportamento demográfico comum a todo o Território Nacional.

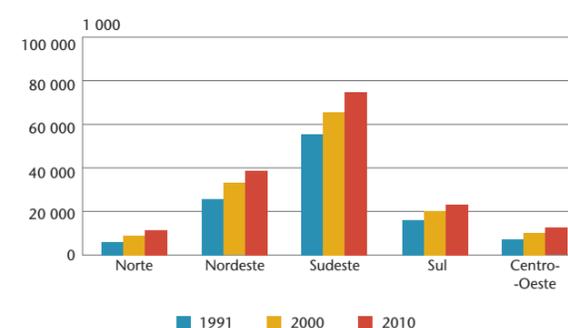
Embora essas regiões reflitam uma tendência à convergência nas taxas básicas de evolução da população, as diferenças regionais ficam evidentes quando se compara o ritmo de crescimento entre elas, assim como o próprio tamanho da população total, urbana e rural, em 2010 (Gráficos 1, 2 e 3).

Gráfico 1 - Evolução da população total, segundo as Grandes Regiões - 1991/2010.



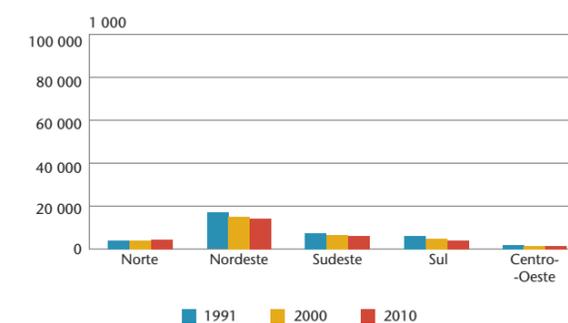
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

Gráfico 2 - Evolução da população urbana, segundo as Grandes Regiões - 1991/2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

Gráfico 3 - Evolução da população rural, segundo as Grandes Regiões - 1991/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

No capítulo **Distribuição espacial da população**, cabe registrar que as Regiões Sudeste, Nordeste e Sul, compreendendo, respectivamente, 42,13%, 27,83% e 14,36% do total da população brasileira, continuam ser as mais populosas do País, enquanto a Norte e a Centro-Oeste, apesar de apresentarem as maiores taxas de crescimento populacional da última década, abrangem, respectivamente, 8,32% e 7,37% da população nacional em 2010.

Os padrões regionais de distribuição da população no Território Nacional, representados nos mapas de densidade populacional segundo Unidades da Federação, são um testemunho de um processo de ocupação que ao longo da história tem moldado as diferenças regionais brasileiras.

A distribuição espacial das cidades, assim como seu distanciamento, são também um elemento geográfico fundamental do processo de ocupação e de divisão política dos estados brasileiros. Nesse sentido, pode-se afirmar que estão aqui representados os elementos estruturantes dos padrões espaciais que definem, em escalas nacional e regional, as formas diferenciadas de ocupação não só do espaço rural, como também da configuração territorial do espaço urbano dos estados brasileiros.

A análise dos mapas estaduais revela a grande heterogeneidade que caracteriza o povoamento do território brasileiro, no qual se distingue, em uma primeira clivagem, a divisão do País entre o domínio territorial de mais baixa densidade dos estados das Regiões Norte e Centro-Oeste *vis-à-vis* os demais estados de ocupação mais consolidada.

Chama a atenção, contudo, nos domínios territoriais de mais baixa densidade populacional da Região Norte, o formato linear da ocupação ribeirinha, que caracteriza a forma de povoamento da parte mais ocidental dessa Grande Região, bem como o predomínio de densidades lineares ao longo de estradas, traço que também caracteriza a porção ocidental das Regiões Norte e Centro-Oeste, onde as baixas densidades convivem com densas manchas urbanas, representadas pelas capitais estaduais, e com uma dispersão dos demais centros urbanos.

Na atualidade, a análise da configuração territorial de extensas regiões, tanto na Região Norte como na Centro-Oeste, passa ainda pela presença de numerosas Terras Indígenas e Unidades de Conservação. A delimitação dessas regiões reflete nitidamente as baixas densidades populacionais que, de modo geral, as caracterizam, conforme revelado nos mapas estaduais.

Na Região Centro-Oeste, o processo de crescimento da população é indissociável da própria geografia da agricultura modernizada, que conferiu nova especificidade ao reordenamento da população no território. Embora responsável por um espaço rural caracterizado por baixas densidades demográficas, o crescimento demográfico de inúmeros municípios situados na área de avanço da produção agrícola modernizada da soja e do algodão foi embalado por elevadas taxas anuais de crescimento populacional, sobretudo em suas áreas urbanas. Por conseguinte, confirma-se, nessa região, uma estreita associação entre as dinâmicas agrícola e demográfica, com forte repercussão no crescimento dos centros urbanos nessa região.

Reproduzindo características territoriais semelhantes às da Região Centro-Oeste, as áreas do oeste baiano, assim como as do sul do Maranhão e do Piauí vêm apresentando padrões de ocupação semelhantes ao dos estados que compõem aquela macrorregião em virtude justamente da expansão da agricultura mecanizada.

A distribuição da população e das cidades dos estados nordestinos reproduz, de modo geral, o padrão de maior densidade, que se desenha do litoral em direção ao interior, contrapondo, assim, uma malha territorial mais densa, característica da Zona da Mata e do Agreste, a um espaçamento das redes ainda dominantes, no sertão, embora na atualidade as áreas de ocupação menos densas do interior nordestino convivam, cada vez mais, com novos padrões de ocupação derivados de projetos públicos e privados, que alteram o uso e o modelo tradicional de ocupação territorial do interior dessa macrorregião.

Finalmente, a feição territorial composta por um domínio de maior adensamento populacional conjugada a uma rede viária urbana igualmente densa é característica dos estados das Regiões Sudeste e Sul do País, revelando um padrão de ocupação mais consolidado no contexto nacional.

Como legado da “civilização do café” e da interiorização pioneira de São Paulo em termos de adensamento da rede ferroviária, acompanhada pela criação de cidades, sua estrutura urbano-regional caracteriza-se por uma rede urbana polinucleada e uma distribuição de cidades bem mais equilibrada que a dos demais estados brasileiros.

Ao contrário de grande parte dos estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, observa-se, no território paulista, uma distribuição espacial sem forte primazia urbana, o que proporciona uma geografia singular no que diz respeito às formas de ocupação de seu território.

As mudanças na geografia da população brasileira não podem, contudo, ser analisadas sem levar em conta os fluxos da população no território, aí inseridos os movimentos migratórios mais longos verificados entre os estados, e a geografia dos deslocamentos mais curtos, realizados para trabalho e estudo, entre municípios, característicos da mobilidade diária ou periódica, que ocorre principalmente no interior das maiores Regiões Metropolitanas do País.

O capítulo **Fluxos da população no território** chama atenção a geografia da migração através da análise da rede urbana e de seus níveis hierárquicos, a qual constitui uma das formas de se apreender a dinâmica dos movimentos populacionais e suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação que ela introduz entre as diversas unidades urbanas. O mapeamento realizado permite identificar os centros urbanos que atuam como focos de atração e evasão populacional e ressalta

aspectos espaciais da circulação da população, como a concentração e a seletividade nas escalas urbanas.

Os movimentos migratórios, tendo em vista as grandes unidades urbanas, apontam uma tendência de desaceleração não só da migração, mas do crescimento populacional como um todo (OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011). No mapeamento realizado, é visível a ocorrência de um processo de redistribuição da população que diferencia as metrópoles. São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, já não são os grandes polos de atração do País, ainda que o volume de imigrantes e emigrantes seja significativo. Outras metrópoles mais antigas, como Belém, Fortaleza, Recife, Salvador e Porto Alegre, também apresentam um fraco desempenho. Brasília seguida de Goiânia, que podem ser consideradas metrópoles emergentes, destacam-se por apresentarem os maiores resultados alcançados no saldo migratório e na taxa líquida de migração (TLM).

Mesmo que o ritmo de crescimento demográfico do País venha diminuindo e a migração seja um componente deste processo, ela ocorre diferenciadamente nos escalões urbanos. Na década de 1970, quando a atividade industrial e a urbanização crescente determinavam o direcionamento dos fluxos migratórios, a Região Sudeste e, particularmente, o interior paulista registravam os maiores volumes nos movimentos populacionais do País, tendo como resultado o surgimento e o fortalecimento de centros regionais em um novo contexto de redistribuição da população (BAENINGER; CUNHA, 1996).

Posteriormente, a desconcentração industrial, que ocorreu principalmente a partir da metrópole paulista e se estendeu a outros núcleos urbanos, alterou a participação do setor no conjunto da economia, principalmente na produção de bens tradicionais e duráveis, com a intensificação de atividades que incorporam tecnologia avançada, transformando, ao longo do tempo, o perfil não só das maiores aglomerações do País como, particularmente, dos centros sub-regionais nos eixos mais ativos da economia.

Como resultado, as capitais regionais apresentam um movimento populacional mais expressivo, sendo este o nível hierárquico que apresenta os índices mais altos de eficácia migratória³. Elas demonstram maior poder de atração quando comparadas ao nível metropolitano e, mesmo no Nordeste, tradicionalmente uma região de emigração, não há perdas populacionais significativas neste patamar. Enquanto algumas capitais regionais se destacam na estrutura produtiva do País, como Campinas, Santos e Sorocaba (SP), outras exercem forte centralidade devido às funções político-administrativas que exercem como capitais estaduais, casos de Vitória, Porto Velho e Palmas.

³ O índice de eficácia migratória é a relação entre o saldo migratório e o volume total de migrantes (imigrantes + emigrantes).

A perspectiva de requalificação do território, tendo em vista a presença desigual de novos elementos de estruturação do espaço urbano, tais como as atividades que agregam técnica e inovação e que se estruturam, cada vez mais, em redes, fortalecem, seletivamente, os centros urbanos.

Quanto aos centros sub-regionais, embora apresentem certo dinamismo na região centro-sul, em inúmeros casos, eles perdem população, sobretudo na Região Nordeste. Este nível hierárquico reforça o aspecto seletivo de determinados pontos do território nos quais centros como Cabo Frio e Macaé (RJ), Rio Verde (GO), Balneário Camboriú e Itajaí (SC) mostram dinamismo e aparecem atraindo migrantes por diferentes motivos.

Dois aspectos do processo migratório ocorrem no sentido de reforçar dinâmicas espaciais, como as de concentração e de seletividade, que requalificam a rede urbana brasileira ao longo do tempo quanto ao papel que alguns centros passam a exercer, absorvendo população excedente de outras áreas, num momento de diminuição dos grandes fluxos migratórios, mas de aumento na flexibilização e na mobilidade do trabalho.

O primeiro ocorre nas capitais regionais, em função de um extravasamento econômico das metrópoles e, conseqüentemente, do poder de atração que as primeiras passam a exercer em relação aos escalões mais baixos da hierarquia urbana. A maioria das capitais regionais parece atrair migrantes oriundos de centros de diversas hierarquias, principalmente em áreas como o interior de São Paulo, onde se deslocou parte da produção.

Outro aspecto relevante refere-se à coexistência espacial de numerosos centros de diferentes hierarquias que perdem ou ganham população, principalmente os centros de zona e centros locais. Observa-se que centros da mesma hierarquia e próximos comportam-se de maneira oposta, indicando rearranjos nas redes urbanas de menor hierarquia. Tal cenário, levando em conta que uma das principais motivações para migrar é o baixo desempenho de economias e administrações locais, sugere, neste nível hierárquico, que os fluxos migratórios mais curtos estejam direcionados para centros urbanos relativamente próximos, mas com maior desenvolvimento econômico.

Finalmente, cabe observar que, na complexidade do mundo contemporâneo, a geografia dos fluxos está estreitamente associada às mudanças observadas no mercado de trabalho. Nesse último, o migrante com maior escolaridade amplia suas possibilidades de deslocamento e opções profissionais, num contexto de alterações nas relações de trabalho, ou seja, não são mais fluxos onde predominam excedentes populacionais com baixa qualificação, são fluxos mais diversificados.

O capítulo **Urbanização** aborda, através da distribuição atual e da evolução da população urbana, a dimensão central de entendimento das mudanças ocorridas na geografia da população brasileira. Nesse sentido, a compartimentação político-administrativa é considerada como componente estrutural na formação do território brasileiro, visto numa abordagem mais ampla, conjugando o processo de ocupação e urbanização com o da formação de governos locais, enquanto fenômenos que devem ser analisados de forma relacional no Brasil.

O fenômeno urbano manifesta-se, entre outras formas, constituindo aglomerações urbanas que, ao longo do tempo, concentraram população e atividades, diferenciando-se na magnitude e na complexidade em relação ao restante do urbano nacional. As aglomerações urbanas são espaços resultantes da concentração de pessoas ou atividades em um núcleo central que em sua expansão incorpora municípios contíguos.

As aglomerações selecionadas para representação neste Atlas pretendem ultrapassar os recortes de Região Metropolitana e de Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE (aglomeração formada por municípios de diferentes Unidades da Federação), incorporando ainda a capacidade polarizadora das capitais estaduais.

Nesse tema, privilegiaram-se as informações que retratam aspectos das chamadas economias de aglomeração - a exemplo do tamanho populacional e do ritmo de crescimento demográfico; da estrutura etária; das condições de adequação das moradias; e da estrutura de emprego (pessoas ocupadas por setores de atividade selecionados).

O mapeamento realizado aponta mudanças na dinâmica populacional, com a presença de patamares de população diferenciados quando se consideram as Regiões Metropolitanas, as RIDEs e as capitais estaduais. Os gráficos registram o arrefecimento do ritmo de crescimento demográfico nos maiores centros urbanos do País.

A estrutura etária revela o predomínio de uma população adulta, com redução na participação dos jovens e o aumento dos idosos. A tendência, quando se observa as principais aglomerações, é a de uma distribuição desigual dos grupos de idade, com uma territorialidade diferenciada no centro-sul em relação às Regiões Nordeste e Norte. O Censo Demográfico 2010 registrou que os idosos acima de 60 anos representam 10,8% da população do País, sendo que quase 3% deles vivem nas aglomerações urbanas selecionadas. Os jovens com 14 anos e menos correspondem a 24% da população, e, nas grandes aglomerações, esta participação corresponde a 9,7%, indicando seletividade nas mudanças do perfil demográfico brasileiro.

A espacialização do emprego, com a representação das pessoas ocupadas em funções de controle

e administração, financeiras e informacionais, e nas atividades industriais e administração, imprime múltiplos perfis às principais aglomerações urbanas do País no que diz respeito à estrutura do trabalho. Os mapas ressaltam a regionalização do emprego e as mudanças no padrão de produção metropolitana, uma vez que as aglomerações mais dinâmicas tendem a concentrar atividades industriais e de serviços, enquanto em outras, as atividades de administração pública suportam segmentos expressivos da força de trabalho. Estes e outros fatores provocaram efeitos na estrutura socioespacial das grandes aglomerações, que ainda se mantêm profundamente desiguais, com concentração de renda, serviços urbanos e acesso à educação e à saúde de qualidade em espaços privilegiados das cidades.

No nível intraurbano, os mapas privilegiam o recorte metropolitano. As transformações na organização e produção das empresas expandiram as funções de controle e administração nas grandes aglomerações e ocasionaram investimentos diferenciados na urbanização, provocando fragmentação socioespacial e influenciando a vida cotidiana da população. Internamente, os recortes metropolitanos denotam áreas desiguais, com diferenças significativas entre as diversas aglomerações, onde o tamanho populacional, a densidade demográfica e a taxa de crescimento revelam grandes amplitudes, incompatíveis com o que se condicionou denominar de sociedade urbana.

A análise das Regiões Metropolitanas permite uma avaliação crítica tanto da multiplicação desses recortes territoriais na atualidade, como da enorme diversidade de tamanho, número de habitantes e ritmo de crescimento populacional que elas revelam. Um estudo comparativo das diferenças sociais existentes nas Regiões Metropolitanas, na atualidade, completa a dimensão da urbanização no *Atlas do censo demográfico 2010*.

O capítulo **Condições de habitação** continua a contemplar os temas que permitem medir e qualificar as desigualdades socioeconômicas que se reproduzem no ambiente urbano brasileiro. Nesse sentido, foi elaborado o mapeamento de distintas características do entorno dos domicílios, além daquele referente à adequação de moradia, ao valor dos aluguéis urbanos e aos serviços de saneamento básico, como o acesso ao abastecimento de água, o tipo de esgotamento sanitário, o destino do lixo, entre outras geografias, que permitem avaliar as desigualdades espaciais de toda ordem, registradas no ambiente urbano brasileiro.

As desigualdades nos níveis de acesso aos serviços de saneamento básico no Brasil são evidentes na comparação entre o espaço urbano e o rural. Essa diferença é especialmente observada quando se trata do acesso à rede geral de abastecimento de água, que atinge patamares superiores a 90% dos domicílios em situação urbana dos municípios. Já os domicílios no

meio rural utilizam a água de poço e/ou nascente como principal forma de abastecimento.

Em relação à rede geral de esgotamento sanitário, os maiores níveis de acesso ao serviço se concentram no espaço urbano, em municípios com mais de 50 mil habitantes. A concentração nos municípios litorâneos da Região Sudeste, de níveis de acesso em grande parte superiores a 85%, denota a forte diferença regional ainda existente no País em serviços de caráter universal.

Diferentemente da concentração espacial ainda encontrada na rede de esgotamento sanitário, os serviços de coleta de lixo são mais bem distribuídos no espaço urbano. Nesse sentido, considerando a coleta direta nos domicílios e a coleta em caçambas, os níveis de acesso aos serviços de coleta de lixo superam 90% na maior parte do espaço urbano brasileiro. Já no meio rural, a maior parte do lixo gerado é queimada no próprio domicílio.

A natureza relacional do saneamento reporta, necessariamente, à compreensão mais ampla do meio ambiente urbano no qual grande parte da população brasileira vive e se reproduz em sociedade, projetando, por esta via, a outras medidas e mapas que remetem igualmente à questão da desigualdade socioeconômica no Território Nacional.

Dando sequência ao temário do Atlas, o capítulo **Perfil socioeconômico da população**, abordado principalmente através dos indicadores de educação, trabalho e rendimento, fornece um quadro abrangente das várias facetas das desigualdades regionais que marcam ainda hoje a sociedade brasileira. Tais desigualdades são vistas tanto na perspectiva temporal, através de gráficos e tabelas referenciadas a séries históricas, como na perspectiva espacial própria da análise geográfica.

Em 2010, o rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade foi de R\$ 1 202,00, em nível nacional, com a área rural apresentando acentuada diferença em relação à área urbana, com, respectivamente, R\$ 596,00 para a primeira e R\$ 1 294,00 para a segunda. Se, na escala nacional, o rendimento da área rural do País representou 46,1% daquele da área urbana, em nível regional tal distanciamento variou de 44,0%, na Região Nordeste, a 62,8%, na Região Sul.

Na escala macrorregional, as diferenças nos rendimentos médios mensais das pessoas de 10 anos ou mais de idade colocam as Regiões Centro-Oeste e Sudeste com valores mais elevados e próximos (R\$ 1 422,00 e R\$ 1 396,00, respectivamente), a Região Sul com valores intermediários (R\$ 1 282,00), seguida, em ordem decrescente, das Regiões Norte e Nordeste (respectivamente, R\$ 957,00 e R\$ 806,00). Nesse contexto, cabe observar que o rendimento da

Região Nordeste representou 56,7% daquele auferido pela Região Centro-Oeste.

Dimensão-chave no processo de superação das desigualdades socioeconômicas no País, pode-se afirmar que apesar das melhorias observadas nos indicadores sociais no que se refere aos aspectos redistributivos de renda e de melhoria nos indicadores de educação, ocorridas entre o período intercensitário 2000/2010, mantém-se, em escala nacional, o padrão geral de desigualdade regional observada entre as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste *vis-à-vis* as Regiões Norte e o Nordeste.

A educação no Brasil tem se modificado lentamente nos últimos 140 anos. O percentual de pessoas alfabetizadas saltou de 18,6% da população livre e 0,1% da população escrava, em 1872, segundo o Recenseamento Geral do Brasil daquele ano, para 82,6%, em 2010. Parte dessa melhoria está associada, em grande parte, a ações públicas direcionadas a esse setor, especialmente nos últimos dez anos.

Com efeito, entre 2000 e 2010, constatou-se uma redução no número de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos fora da escola, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, que passou de 11,2% para 5,6% e de 7,1% para 3,2%, respectivamente, sobretudo nos Estados do Amazonas, Pará, Roraima, Maranhão, Pernambuco e Alagoas.

Em 2010, o analfabetismo por faixa etária aponta diminuição no percentual de brasileiros com idades inferiores a 60 anos que não sabem ler e escrever, sendo 3,0% na faixa de 15 a 29 anos e 9,5% na de 30 a 59 anos, enquanto que, na faixa igual e superior a 60 anos, o percentual nacional atinge 26,6%. Ainda que por si só a educação não assegure a justiça social e o fim das discriminações sociais, ela é parte do processo de formação de sociedades mais igualitárias e fator fundamental de redução das disparidades socioeconômicas.

Cabe mencionar não só a correlação positiva existente entre educação e renda, mas também reforçar o fato de a contribuição da educação ser consideravelmente maior do que a de qualquer outra característica individual na superação da desigualdade de rendimento.

Os indicadores de analfabetismo por faixa etária, cor ou raça e os de rendimento médio por nível de instrução, por sexo ou segundo condição de domicílio (rural/urbana) são algumas referências estatísticas e geográficas que alimentam a questão das desigualdades socioeconômicas na sociedade brasileira contemporânea.

Finalmente, uma característica demográfica que é intrínseca às diferenças forjadas pela história da formação do território brasileiro e de sua sociedade constitui o capítulo **Diversidade cultural**.

As diferenças regionais associadas, entre outros, às características de cor ou raça, à origem de migrantes e às práticas religiosas servem de parâmetro ao enfoque da diversidade cultural construída ao longo do processo de ocupação diferenciada do imenso Território Nacional. Nesse contexto, as diferenças existentes na presença relativa dos segmentos de cor ou raça no País fornecem uma dimensão da diversidade encontrada na composição étnica de cada Grande Região brasileira. Assim, se a Região Sudeste concentra parcela significativa de brancos, pretos e pardos do País, na Região Nordeste, essa sequência é composta por pardos, pretos e índios. Nas demais regiões, contudo, desponta a concentração relativa do indígena nas Regiões Norte e Centro-Oeste, e a do branco, na Sul.

Quando observado em escalas geográficas mais localizadas, pode-se afirmar que a diversidade cultural brasileira se reproduz também em municípios distribuídos por todo o Território Nacional. Com efeito, no que se refere ainda à diversidade religiosa, são inúmeros os registros de elevados percentuais de determinadas crenças religiosas em todas as Unidades da Federação. Esse é o caso, por exemplo, de praticantes do budismo e do judaísmo, em São Paulo; do islamismo, no Paraná; de praticantes de religiões de raiz africana e da igreja católica apostólica romana, no Rio Grande do Sul; de católicos apostólicos brasileiros, no Rio Grande do Norte; de evangélicos de missão, no Espírito Santo; de evangélicos pentecostais, em Goiás; e de testemunhas de Jeová, na Bahia, entre muitos outros segmentos que compõem a diversidade de crenças religiosas praticadas no Brasil, na contemporaneidade.

O ambiente multicultural das grandes cidades brasileiras está visível na pluralidade de religiões e crenças (acima de 90) presentes em grandes espaços urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e Curitiba. Cabe lembrar que a expansão da urbanização para o interior do País tem levado consigo a diversidade de religiões e cultos.

Um dos elementos-chave de afirmação do Brasil no mundo contemporâneo - a diversidade cultural - finaliza, assim, o temário do Atlas, apontando na direção de um futuro que se quer, pautado na diminuição das desigualdades socioeconômicas, com a manutenção das diferenças culturais/ambientais, diferenças essas reafirmadas recentemente pelo crescimento observado no número de pessoas que assumem a identidade indígena no País e que marcam, entre outras características, as mudanças ocorridas no perfil demográfico e na geografia da população brasileira na primeira década do Século XXI.